

Afinal, seria só uma questão de Semântica? CARMEM MORETZSOHN Do Caderno 'A'

"Roubar: arrebatador. 1. Subtrair (coisa alheia móvel) para si ou para outrem, mediante ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistir... 9. Assenhorar-se ou apoderar-se de; conquistar, cativar". "Expropriar-se: Desapossar (alguém) de sua propriedade segundo as normas legais e mediante justa indenização". O sentido das duas palavras foi tirado do Novo Dicionário Aurélio. Entre as duas percebe-se uma diferença fundamental: a existência, na segunda, dos itens "formas legais e justa indenização". Partindo, agora, para a análise do processo histórico do índio, nestes cinco séculos de Brasil "civilizado", fica a questão: qual das duas palavras seria mais indicada para designá-lo? O discurso do Deputado Federal pelo PDT Mário Juruna, tem causado grande polêmica, não só entre os parlamentares, mas também entre toda a população brasileira que, de uma maneira ou outra, procura pesquisar em que contexto o representante das comunidades indígenas fez certas acusações. Para Rafael Bastos, coordenador geral da Associação Brasileira de Antropólogos, seção D.F., nesta atitude dos onze ministros revoltados com a acusação e também do Presidente João Figueiredo fica clara a oposição entre brancos e índios. "O Deputado Mário Juruna simplesmente colocou em bloco os ministros, para significar o país que tomou as terras dos índios. O discurso não se refere a uma pessoa determinada, mas a toda uma história. Não é casual que os ministros e o Presidente tenham se voltado contra ele. Juruna é o representante dos índios e as autoridades são os sucessores legais dos portugueses." "Esta mesma acusação já foi feita por várias outras autoridades porque a "expropriação" continua até hoje. É que a maneira do índio falar é mais direta. Juruna não é um bilíngüe completo. E quer se queira ou não, o país continua impondo o extermínio do índio", afirma Egon Dionísio, do Conselho Indigenista e Missionário. Para Rafael Bastos, "é preciso ver exatamente o sentido sócio-lingüístico das palavras. O deputado não tem uma formação universitária como qualquer ministro. E isso não o desmerece em nada. Ele tem que ser respeitado como um representante das minorias". "Mário fala como cinco milhões de índios da história e fala de um modo muito claro, coerente e responsável. Ele vem falar da expropriação, do estado como um todo e não das pessoas", coloca Ana Gita de Oliveira, da área de pesquisa da Fundação Pró-Memória. Tem-se falado do desrespeito do deputado às autoridades do país, mas para Egon Dionísio, todos se esquecem do desrespeito que as chefias indígenas sofrem quando em contato com os brancos. "Ignora-se a chefia política dos índios. Há o desrespeito total ao líder de todo um povo. No entanto, isso não é comentado por ninguém. Inclusive, existe um discurso de um determinado deputado que, logo após a eleição de Juruna, colocou o problema do uso da tanga e outros adereços indígenas, com total desrespeito e o Deputado Mário Juruna não o processou. Porém, na opinião de Rafael Bastos, essa situação "delicada" vem se desenhando desde a eleição de Mário Juruna. "Mas qualquer coisa que se faça contra ele, será mais uma violência contra toda a nação indígena. É importante que as pessoas se conscientizem de que o Brasil tem diversos dialetos, verdadeiros dialetos, portanto, a palavra "ladrao" no vocabulário de Mário Juruna, não tem o mesmo significado de para uma pessoa com curso superior". Rafael Bastos compara o discurso de Juruna a um outro feito pelo Presidente João Figueiredo na ONU. "O Presidente falou na Organização a respeito de uma Ordem Internacional mais justa para os países do Terceiro Mundo. Ele verificou uma forma de exploração das grandes potências com os países ditos subdesenvolvidos. Em termos de Brasil, Juruna também falou contra uma ordem econômica, também se pronunciou neste contexto de exploração. E se existem pessoas que não concordam com o que ele diz a respeito da expropriação, que então provem que ela não ocorre e ocorreu. Seria o mesmo que dizer que o país não existe ou mesmo afogar esses cinco séculos de história."

Sistema vê Juruna como um robô

Setores oficiais estão convencidos de que o deputado Mário Juruna (PDT-RJ) vem sendo utilizado por pessoas interessadas na desestabilização do Governo. Entre os que estariam com este objetivo, o antropólogo Darcy Ribeiro, vice-governador do Rio de Janeiro, seria o mais influente junto ao deputado Mário Juruna. Juruna foi aconselhado a fazer um pronunciamento explicando que não teve intenção de ofender os militares e nem o Governo. Ele confessou que tem dificuldades para se expressar e, por isto, comete excessos. "Quería falar em xavante, não deixaram" — justificou-se.

CASSAÇÃO
Na tarde de ontem chegaram mais cinco ofícios de ministros de Estado solicitando que Mário Juruna seja enquadrado no art. 35, item II, da Constituição, que prevê a perda de mandato por falta de decoro parlamentar. Está faltando os ofícios dos seguintes ministros: Trabalho, Educação e Cultura, Saúde, Previdência Social e Fazenda. Mas, segundo o porta-voz Carlos Atila, todo o Ministério processará o deputado.

Entre os ministros, o do Transporte foi o mais enfático. Além do enquadramento, ele adverte que se reserva o direito de recorrer à Justiça em defesa de sua honra, como acentuaram parlamentares a ele ligados. Houve um cuja datilógrafa trocou o número do artigo, de 35 para 15, que trata de assunto inteiramente diverso. O líder do Governo na Câmara, deputado Nelson Marchezan (PDS-RS), acentuou que a decisão dos ministros de ofício depositada na Câmara demonstra a confiança depositada no Legislativo e a certeza de que serão adotadas as providências necessárias. Os ministros teriam, se o quisessem, o recurso de processar o deputado Mário Juruna no Supremo Tribunal Federal por crime previsto na Lei de Segurança Nacional.

Pela manhã, Marchezan foi procurado em seu Gabinete pelo deputado Mário Juruna, que explicou não estar interessado em ofender o Governo e pediu-lhe que fosse o seu defensor junto aos ministros de Estado. "Você precisa dizer que Juruna é gente bom" — comentou. O líder do Governo sugeriu-lhe que procurasse conversar com o líder do PDT, Bociayva Cunha (RJ), um parlamentar de alto valor, que poderia

Antropólogos são contra a punição

O deputado federal Mário Juruna, do PDT, não domina os "códigos sofisticados da elite". Ele não tem a noção exata das coisas, das palavras, não compreendendo, por exemplo, que uma frase pronunciada no Congresso Nacional, a partir do momento que foge ao decoro parlamentar, pode sofrer uma retaliação jurídica. Não merece, portanto, ser punido pelo pronunciamento que fez na última terça-feira, quando criticou violentamente o Governo. Em resumo, é este o pensamento de três professores da Universidade de Brasília, os antropólogos Roque Laraia, Priscila Faulber e Lia Machado, sobre o pronunciamento do parlamentar. Contra qualquer punição a Juruna, eles argumentam que o deputado pedetista representa segmentos de cultura popular e se comporta como tal. Isto — disse a antropóloga Lia Machado — não é muito difícil de ser explicado. Como representante do segmento popu-

Xavante: "Tudo em nome da verdade"

NELSON PANTOJA
Repórter Especial
A verdade, acima de tudo. Esta é a principal característica do povo Xavante. Ele é sincero, franco e direto. Pelos seus padrões, se achar que você é feio, ele dirá, na sua cara, que você é feio. Se achar que você é ladrão, ele dirá, na sua cara, que você é ladrão. Diz o que vem à cabeça, sem papas na língua. Tudo em nome do que considera verdadeiro. Este o perfil que o indigenista Hélio Rocha, assessor da diretoria executiva da Funai, traçou ontem sobre o povo Xavante. Conhecedor profundo da tribo, por quem nutre clara simpatia, Rocha salientou bem esta característica xavante: "é um povo bonito pela sua franqueza". De natureza passiva, o Xavante — como a gran-



Juruna apelou a Marchezan e este lhe disse que uma retratação terá que ser pública

Cacique, tranqüilo, não se arrepende

"Não sou pior que o 2.045". Esta foi a frase do deputado Mário Juruna (PDT-RJ) ao ser interpelado ontem à tarde, no Congresso, por vários jornalistas: Juruna disse ainda que não apagava sua sentença e que no regimento do povo não havia cassação de deputados. "O o quê que o Governo quer? Fechar o Congresso? Juruna afirmou também que não iria subir à tribuna da Câmara para se retratar ou mesmo para falar até que o Decreto-lei 2.045 fosse derrubado. Para o deputado Mário Juruna, suas acusações dirigidas aos ministros serviram para "derrubar uma casa de marimbondos, que mordem os outros". Explicou que não vai pedir perdão porque não tem nada a temer, e foi mais longe: "Foi o branco que fez estrada para roubar a terra do índio. Eu trafo todo mundo bem, com educação, dou cinco mil para ajudar na comida e passagem".

Mário Juruna declarou não ter medo de nada: "Quero que joguem o processo para frente. Estou firme e pronto pra me defender. Nasci para lutar, para falar, para morrer. Não sou nenhum capataz e não vou pagar pecado para ninguém. Se eu não ficar firme eles vão tirando um a um".

Diariamente Juruna, quando se encontra em Brasília, ao chegar à Câmara dirige-se ao gabinete do secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso, onde um grande número de deputados conversa descontraidamente, sendo o local, por isso, conhecido como Senadinho. Os jor-

nalistas que participam dessas conversas têm, inclusive, o compromisso de não divulgá-las. — Preocupado Juruna? — Foi a pergunta que, em coro, fizeram os presentes. — Não, porque não fiz nada. Disse apenas a verdade. — Mas você chamou todos os ministros de ladrão? insistiram. — Sim. Não apontei um ou dois ministros. Apontei todos, porque não sou contra ninguém, sou contra o sistema — respondeu, acrescentando que não tem provas concretas mas que os fatos por si justificam o que disse: "Quem não sabe que brasileiro está passando fome, que vive na miséria; que estão invadindo terra dos índios; quem é responsável pela inflação, pela dívida externa", Juruna, por outro lado, comentava que se tivesse seu mandato cassado "seria bom", porque "vou sair pelo estrangeiro denunciando tudo. Lá fora sou ouvido e mais respeitado que no Brasil. Presidi o Tribunal Bertrand Russel, na Holanda, onde existe outra gente, outra civilização".

Depois de explicar, por diversas vezes, que estava tranqüilo, "por quem não deve não teme, e eu não roubei, nem matei", Juruna deixou o gabinete do secretário da Mesa da Câmara e dirigiu-se ao gabinete do líder do governo, deputado Nelson Marchezan.

Marchezan, segundo Juruna, disse-lhe para não ficar preocupado porque não havia problemas. "Vamos aguardar o regresso do presidente Flávio Marçílio".

Juruna, falando mais uma vez aos jornalistas que o acompanhavam, disse que Marchezan lhe recebeu "de cara fechada mas que depois se abriu, tendo me afirmado que não há problema e que vai aguardar segunda-feira, quando o presidente Marçílio deve chegar de Fortaleza". — E você o que disse a ele, Marchezan? — indagou um parlamentar que ingressava no gabinete do líder governista. — Disse que não sou contra ninguém, que sou contra sistema. — Imagina se fosse — brincou Marchezan. — Tanto — retomou Juruna a palavra — que não aponte um ou dois ministros, aponte o Governo todo. Durante toda a manhã de ontem, Juruna por onde passava era cumprimentado e recebia a solidariedade de seus colegas. "Solidariedade ampla, geral e irrestrita", assegurou o deputado Farabullini Júnior (PTB-SP). A um repórter Juruna disse que já havia recebido a solidariedade dos líderes dos partidos de Oposição, que lhe comunicaram que iriam se reunir para traçar uma estratégia de ação para evitar a perda do seu mandato.

Sempre solicitado com os jornalistas, Juruna, inclusive, concordou em retornar ao gabinete do líder Nelson Marchezan para que um fotógrafo registrasse o encontro deles. "pois cheguei tarde e só agora fui informado que o meu editor quer a foto".

Punição foi pedida por Pires e Délio

O pedido de cassação do mandato parlamentar do deputado federal Mário Juruna partiu dos ministros Walter Pires, do Exército; Maximiano da Silva Fonseca, da Marinha e Délio Jardim de Mattos, da Aeronáutica durante os despachos de terça-feira última dos chefes militares com o presidente João Figueiredo no Palácio do Planalto, afirmaram ontem fontes militares em Brasília. Segundo as mesmas fontes, após o presidente ouvir a posição dos ministros das forças de terra, mar e ar, convocou o ministro Letão de Abreu, a seu Gabinete e autorizou que este falasse com os ministros civis pedindo para que os mesmos procedessem da mesma maneira, já que a área militar exigia um procedimento austero do Parlamento contra o comportamento do cacique Juruna na tribuna da Câmara.

Oposições tentam salvar o deputado

Os líderes do PDT, Bociayva Cunha, e do PMDB, Freitas Nobre, reuniram-se ontem com o presidente peemedebista Ulysses Guimarães, durante quase todo o dia, na busca de uma solução para a situação do deputado Mário Juruna, que teve sua cassação solicitada pela maioria dos ministros. Em princípio, os oposicionistas, devidamente autorizados pelas lideranças do PT e do PTB, e que representam a maioria, tanto na mesa como no plenário da Câmara, decidiram que o Deputado deve ser ouvido, em reunião da direção da Casa, antes que seja tomada qualquer decisão sobre o pedido dos ministros.

Os oposicionistas mostraram-se ainda inclinados a não aceitar a cassação do deputado em nenhuma hipótese, alegando sua condição de índio e de representante da nação indígena, e desse modo descompromissado com os padrões da civilização ocidental. Eles consideram igualmente que uma censura ou suspensão por parte da mesa ao deputado não se justificaria, porque representaria uma violência contra alguém que não tem consciência do que fala, em português, e para a sociedade a que se dirige. A melhor alternativa seria um trabalho de persuasão junto ao Deputado para levá-lo a policiar quando falar na tribuna, ou mesmo utilize um intérprete de sua língua, a linguagem xavante.